

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da audição regimental e dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares da IL e do PSD.

Assembleia da República, Lisboa, 14 de junho de 2023

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores deputados,

É um gosto regressar a esta Comissão para debatermos as políticas de defesa.

A última audição regimental de uma longa sessão legislativa convida a um balanço do trabalho efetuado.

Começarei pela componente externa, em decorrência das minhas recentes visitas à Geórgia, a Angola, a Singapura e à África do Sul.

Temos vindo a reforçar a Cooperação na Área da Defesa. Em 2022 assinámos um Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa com a Roménia e 2 novos programas-quadro com Angola e São

Tomé e Príncipe, enquanto nas últimas semanas celebrámos um **Acordo de Cooperação em matéria de Defesa com a África do Sul**, assim como uma **Carta de Intenções com a Geórgia**, que nos permitirão aprofundar a colaboração em áreas importantes com parceiros relevantes em diferentes geografias.

Ao nível da CPLP, na recente **Ministerial de Defesa em Luanda**, assinámos o **Memorando constitutivo de uma célula Cooperação Civil-Militar** para participação conjunta em operações de paz e humanitárias.

Particpei de seguida no **Shangri-La Dialogues**, em Singapura, naquela que foi a **primeira participação de Portugal ao nível de ministros da Defesa** no fórum de segurança mais importante da região Ásia-Pacífico.

Em todas estas visitas e contactos estabelecidos, a complexidade e imprevisibilidade do ambiente de segurança que vivemos figurou de forma central, evidenciando a interligação cada vez maior entre o que se passa na Ucrânia e em África ou no Indo-Pacífico, refletindo-se, por sua vez, de forma cada vez mais incisiva nas diversas dimensões da ação externa da Defesa Nacional, incluindo nas missões e operações das Forças Armadas no exterior, tanto a nível bilateral como multilateral.

Apoiámos e continuaremos a apoiar de forma inequívoca a Ucrânia enquanto for necessário e dentro das nossas possibilidades. O **apoio prestado ascende a mais de 950 toneladas** de material enviado ou em preparação. Materializa-se ainda na nossa participação na missão de assistência militar de treino da União Europeia. Recentemente, aquando da visita do **Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia a Portugal,**

manifestámos a disponibilidade para, em conjunto com países aliados e parceiros, proporcionar formação e treino de pilotos e técnicos de manutenção de aeronaves F-16.

Somos produtores de segurança, neste momento, através de **23 missões** ativas no exterior, num total de **1304 militares e militarizados**. Destas, 8 situam-se em África, 4 no Mediterrâneo, 5 na Europa, 1 no Mar do Norte e no Mar Báltico, 3 no Golfo Guiné e na Costa Ocidental de África e 2 na Ásia e na América do Sul. **Portugal participa em todas as missões militares da União Europeia em África, exercendo o comando em simultâneo na EUTM Moçambique e na EUTM RCA, a função de 2º Comandante da MINUSCA e muito em breve a de 2º Comandante da EUTM Mali.** Recordo que no início deste ano assumimos, pela primeira vez, três comandos simultâneos de missões da União Europeia – a

EUTM Moçambique, a EUTM RCA e a Força Naval da Operação Atalanta.

Paralelamente, temos desenvolvido trabalho no sentido de adaptarmos e prepararmos as Forças Armadas para as exigências atuais e futuras.

Foram recentemente publicados os decretos regulamentares do EMGFA e dos Ramos, prosseguindo a consolidação da lógica operacional conjunta subjacente à nova Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas e às alterações à Lei de Defesa Nacional, à aprovação da nova lei orgânica do EMGFA e às alterações às leis orgânicas dos Ramos. A conclusão deste processo legislativo e regulamentar vai reforçar a capacidade de comando e a coerência na ação das Forças Armadas e permitirá

aprofundar e concluir ações já em curso, por exemplo, nas áreas de ciber e da saúde.

Temos, igualmente, nos últimos meses, trabalhado na revisão e elaboração de diversos documentos estruturantes para a Defesa Nacional, como o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, a Lei de Programação Militar, a Lei de Infraestruturas Militares e a Estratégia da BTID, a Base Tecnológica Industrial de Defesa.

As Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional foram entregues a esta Assembleia no mês passado. **A sua revisão responde à necessidade de prosseguir com a adaptação da Defesa Nacional, reflete sobre o mundo em mudança, sobre os desafios estratégicos e sobre a autonomia estratégica.** Os trabalhos destes diferentes diplomas foram desenvolvidos de forma paralela e coerente, havendo uma harmonização dos vários

elementos constantes nestes documentos estruturantes como se denota no domínio operacional do espaço.

Também em linha com as Grandes Opções, o **Conselho de Ministros aprovou a nova Estratégia de Desenvolvimento da BTID para a próxima década**. Trata-se de uma abordagem assente no pressuposto de que a **despesa em defesa é também um investimento** destinado a rentabilizar o **sistema científico-tecnológico-industrial que gera e multiplica valor**.

A par deste trabalho, há um compromisso com a execução dos programas e projetos a decorrer. Tal é visível na **maior execução da LPM em termos absolutos de sempre, registada em 2022**, e na **consciência de que os níveis de execução importam para**

acelerar o robustecimento dos níveis de prontidão e de capacitação das nossas Forças Armadas.

Nesse sentido, gostaria de me referir a alguns equívocos sobre os quais tenho lido, e sobre os quais os Chefes Militares já prestaram tempestivos esclarecimentos.

O processo de revisão da Lei de Programação Militar desencadeado no início da legislatura cumpriu os requisitos legais estipulados na Lei de Defesa Nacional e na Lei de Programação em vigor.

Dei orientações para a revisão da Lei de Programação através de Diretiva Ministerial. O Conselho Superior Militar elaborou o projeto de proposta, assente numa articulação regular entre o Governo e as Forças Armadas, troca de informação atempada, verificando-se o mesmo de forma regular ao nível técnico.

Neste processo participativo e nas reuniões entre o Governo e as Chefias Militares foram sendo trabalhados os planeamentos de capacidades, os projetos, mas também modalidades de financiamento que incluíam receitas próprias, uma prática com quase 20 anos de desenvolvimento de receitas por duas vias, procurando-se identificar, nomeadamente, bens passíveis de serem alienados como sucedeu no passado com a alienação dos C-212, das fragatas João Belo, dos helicópteros Puma, sendo um caso recente, conhecido e bem-sucedido, a alienação dos F-16 à Roménia. Neste caso decidiu-se que a arrecadação de receita própria na área do património seria uma solução não apenas adequada como exigível dada a existência de um extenso património da defesa nacional sem utilização operacional, que importa rentabilizar.

As entidades interessadas conheciam e acompanharam definição do modelo de financiamento e montantes, como, aliás, os Chefes Militares já tornaram público.

Finda a elaboração do projeto de proposta de Lei, seguiram-se as etapas formais: o Conselho de Chefes foi consultado e emitiu parecer favorável por unanimidade. De seguida, o Conselho Superior Militar também aprovou favoravelmente.

Posteriormente, o Governo apresentou ao Conselho Superior de Defesa Nacional para parecer não vinculativo o mesmo documento. Apesar de os elementos submetidos não discriminarem da mesma forma que a proposta submetida à AR, este órgão foi informado de que a proposta seria financiada através de Receitas Próprias e de Receitas de Impostos.

Durante a fase de processo legislativo, em sede de Conselho de Ministros, a diferença deste somatório foi particularizada no anexo a fim de oferecer maior transparência e clareza perante os cidadãos. Antes da aprovação em Conselho de Ministros, informaram-se as partes interessadas.

Reitero, pois, que o total de investimentos desta proposta assentou, ao longo do processo, na soma destas duas fontes de financiamento, não tendo havido em algum momento uma subtração de verbas.

Há um risco calculado na inclusão de receitas próprias. Contudo, o seu peso ao longo dos 12 anos cifra-se nos 5%, prevendo-se 12% no primeiro quadriénio, em linha aliás com outras revisões, como as de 2006 e de 2015 com um peso de 12% e 11% respetivamente.

Em suma, esta decisão do Governo, trabalhada com e pelas Chefias Militares, seguiu as etapas e os procedimentos legalmente estabelecidos, as modalidades de financiamento e a alocação de recursos foram do conhecimento dos envolvidos, reconhecendo que o investimento em defesa tem de se compaginar com as restantes políticas públicas, assentes em recursos que, por natureza, são escassos.

A proposta de LPM e a sua execução rigorosa irão concorrer para colmatar lacunas e reforçar as capacidades necessárias para cumprir o extenso leque de missões desempenhadas pelas nossas Forças Armadas.

Em sentido similar, **aderimos a 3 projetos PESCO da 5ª vaga nas áreas de infraestruturas críticas, na formação de pilotos de transporte e na saúde operacional. Amanhã abrem as candidaturas à edição deste ano do FED e o DIANA lançará em breve 3 desafios na forma de programas-piloto, em áreas estratégicas de inovação tecnológica; partilha de informação; deteção e vigilância e resiliência energética.**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Aquilo que tenho vindo a elencar só é possível com o apoio da sociedade, com recursos humanos e com um ecossistema com conhecimento e valências de suporte. Por isso, as pessoas têm de estar sempre no centro da ação governativa.

O modelo da profissionalização consagra em si um conjunto de exigências e desafios constantes, que implica a necessidade constante de recrutar e reter. Nesse sentido, lançámos em abril uma nova versão do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar. **Iremos rever o Regulamento de Incentivos e lançaremos em breve uma Estratégia para o Alinhamento das Qualificações na Defesa Nacional.**

Aprovámos recentemente os Quadros Permanentes de Praças no Exército e na Força Aérea, que funcionarão como um instrumento de complementaridade com os vários regimes de prestação de serviço nas Forças Armadas.

A aproximação da Defesa Nacional à sociedade é imprescindível, quer para o recrutamento, a retenção e a reinserção, quer para a legitimidade e adesão às políticas.

Estamos a promover essa aproximação através de iniciativas de promoção da Defesa Nacional junto de jovens por todo o território nacional. **Iremos lançar o projeto-piloto “Defesa+Jovem”, que possibilitará um contacto direto dos jovens com as Forças Armadas em diferentes unidades militares do país.**

Continuamos apostados em reforçar o **Dia da Defesa Nacional**, que viu a **percentagem de mulheres nas equipas de divulgação subir de 9% para 27%** em dois anos. E **retomaremos o DDN Comunidades, em novembro, no Luxemburgo.**

Após a assinatura, em 2022, de protocolos com os municípios do distrito de Santarém para a **implementação do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz**, iremos estabelecer semelhante instrumento com os **Açores tornando-se esta a primeira região autónoma abrangida.**

Prosseguimos com os esforços de aproximação à sociedade através da criação do **Prémio IDN-Maria Carrilho** e do apoio às **comemorações dos 50 anos do 25 de abril**, através de iniciativas do EMGFA e dos Ramos, da Comissão Portuguesa de História

Militar, do Instituto da Defesa Nacional, da Secretaria-Geral do MDN, e da ADFA.

Proseguimos igualmente com a valorização e dignificação dos Antigos Combatentes, **promovendo a operacionalização plena do Estatuto do Antigo Combatente**, e um **contacto próximo** que permita compreender preocupações e agilizar soluções. São exemplo disso interações que mantive com a Liga e associações de combatentes no **Porto, Castelo Branco, Viseu, Faro, Setúbal e Braga, e brevemente em Évora.**

Em suma, **nesta sessão legislativa, avançámos em dossiers transversais a toda a Defesa Nacional.** Este trabalho sucessivo confirma a nossa **determinação em colocar as pessoas em primeiro lugar, em reforçar os meios ao serviço da Defesa, e em**

consolidar o papel de Portugal num ambiente geostratégico em transição.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Deputado Rodrigo Saraiva,

Referindo-me agora ao tema do NRP Mondego, há que distinguir duas dimensões: a do investimento, relacionada com a operacionalidade dos meios, e a da disciplina.

Quanto à primeira, cumpre salientar o crescimento dos dois Orçamentos do Estado, e da proposta de LPM que apresenta o maior investimento de sempre. Nesta última estão previstas diversas aquisições: Navios Patrulha Oceânicos e Patrulha

Costeiro, Reabastecedor, Navio Polivalente Logístico, navio Hidrográfico e Lanchas.

Dos oito projetos estruturantes, três destinam-se à Marinha.

Propomos um montante superior a 800 milhões de euros alocado à sustentação e modernização da Marinha.

Só para este ano estão previstos investimentos na sustentação logística e técnica dos submarinos, dos helicópteros e de unidades navais; na modernização de meia-vida das fragatas; na modernização das Comunicações e Sistemas de Informação e no reequipamento de Fuzileiros.

A fim de melhorar a previsibilidade e a estabilidade dos serviços de manutenção, o Governo autorizou a 2 de março a realização da despesa plurianual entre 2023 e 2025 na Arsenal do Alfeite pela Marinha para ações como revisões pequenas e intermédias, e serviços de reparação inopinada de natureza eventual e urgente.

Quanto à segunda dimensão, a disciplina, repito o que afirmei publicamente: é inaceitável o ocorrido no dia 11 de março quando o NRP Mondego se encontrava com uma prontidão de duas horas e em condições de segurança para navegar, após a avaliação de quem tinha essas competências, conforme o Almirante CEMA já esclareceu. Esta conduta dos marinheiros colocou em causa a cadeia hierárquica.

Às Forças Armadas, corpo especial do Estado com direitos e deveres especiais previstos na Constituição e no Regulamento da

Disciplina Militar, são exigidas atividades assentes nos valores militares da missão, da hierarquia, da coesão, da disciplina, da segurança e da obediência aos órgãos de soberania competentes nos termos da Constituição e da lei. As ordens não são negociáveis. Só há espaço para não obedecer a ordens ilegais. A disciplina militar é indispensável para assegurar a eficácia de missões, mesmo quando se discorda, ou em situações de elevado risco, inclusive de guerra.

Há um conjunto de princípios e de conduta essenciais no cumprimento das missões que estão cometidas às Forças Armadas, competindo aos Chefes Militares assegurar o cumprimento do Regulamento da Disciplina Militar, nomeadamente o cumprimento pronto e exato dos deveres militares, bem como de instruções emanadas pelos superiores hierárquicos. Entendo que foi isso que aconteceu.

Senhores deputados do Grupo Parlamentar do PSD,

Passando agora para o tema da ciberdefesa.

A Ciberdefesa é hoje parte integrante do Sistema de Forças das Forças Armadas, materializando-se, por exemplo, no novo Comando de Operações de Ciberdefesa, criado com a publicação, na passada semana, do Decreto-Regulamentar do EMGFA.

Este Governo tem prosseguido com o investimento na capacidade de ciberdefesa, propondo-se a aumentar as verbas em 39%, prosseguindo, concomitantemente, com a capacitação de recursos humanos especialmente qualificados para fazer face aos desafios do novo espaço de operações.

A edificação da capacidade de ciberdefesa tem sido prosseguida através de várias medidas complementares, nomeadamente, através da aquisição, da manutenção e da atualização de plataformas e equipamentos, da implementação de doutrina militar conjunta para as operações no Ciberespaço, do treino permanente, ou da ligação ao sistema científico e tecnológico nacional. Aliás, a 24 de maio apresentámos a *Cyber Academia and Innovation Hub* como contributo adicional para o desenvolvimento e consolidação das capacidades nacionais de ciberdefesa e cibersegurança. Face a todos estes investimentos, a escola de ciberdefesa representa apenas uma das dimensões desta capacidade ao permitir que Portugal disponha de competências em formação avançada, reforçando a autonomia neste domínio. Assim, não podemos concordar com o retrato feito pelo GPPSD.

Tendo competência delegada para escolher a modalidade do respetivo procedimento pré-contratual, após a sua tomada de

posse, o General CEMGFA solicitou análise jurídica e concluiu que o procedimento a seguir, ao abrigo do disposto no regime jurídico dos contratos nos domínios da defesa e da segurança, deverá ser o mais transparente e que garanta que o prestador de serviços seja o mais habilitado. Assim, proferiu um despacho interno para abertura de procedimento de concurso público internacional com prévia qualificação, em 30 de março de 2023.

Compete-nos neste, como noutros procedimentos, zelar pelo rigor, pela transparência e acautelar o interesse nacional. Foi exatamente isso que entendo que aconteceu.

Muito obrigada